

Mulheres Conexão entre as “terras” e as telas: O fazer político e epistemológico das Mulheres Indígenas do Oiapoque sob o olhar da produção digital no Instagram¹

Edilene Batista Mastub
UFPA/Pará

Palavras-chave: mulheres indígenas; produção digital; fazer político

INTRODUÇÃO

O presente trabalho fará uma breve análise da atuação política e social de mulheres indígenas da região do Oiapoque (AP) a partir do uso das redes sociais, mais especificamente do Instagram, através do perfil oficial da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM). A AMIM é uma associação sem fins lucrativos que representa as mulheres das etnias Galibi-Marworno, Galibi Kali'nã, Karipuna e Palikur-Arukwayene, criada em 2006, com o objetivo de garantir a qualidade de vida para os povos indígenas, respeitando suas especificidades, em especial a qualidade de vida das mulheres.

O objetivo central deste trabalho é investigar de que forma as mulheres indígenas do Oiapoque, representadas pela Associação, estão fazendo uso das redes sociais enquanto ferramenta para a visibilização da luta das mulheres e povos indígenas da região em prol da defesa de seus territórios e modos de vida, assim como quais avanços e limitações pode-se ter a partir do uso das redes sociais como ferramenta de mobilização. Nesse sentido, é de suma importância entender como a AMIM apresenta as identidades das mulheres e povos que representam dentro das redes sociais para compreender sua atuação e demandas. Desse modo, categorias como “povos tradicionais”, “território” e “saberes ancestrais”, que são usadas pela Associação em suas postagens, serão valiosas para a discussão acerca da constituição identitária desses sujeitos e como o fortalecimento desta identidade pode ser estratégico para pautar suas lutas e fortalecer a articulação social e política em busca da conquista e respeito por seus direitos.

Para alcançar o objetivo proposto, serão analisados os conteúdos – fotos, vídeos e respectivas legendas – postados pelo perfil “@amim.oiapoque” no Instagram no período de janeiro de 2024 a julho de 2025, cuja finalidade é investigar os temas abordados em todas as postagens, das quais darei ênfase naquelas referentes às

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026). Agradeço ao CNPQ, instituição financiadora da pesquisa de mestrado que originou este trabalho, e ao edital PRODISCENTE 2026 da PROPESP/UFPA por ter custeado auxílio financeiro para a participação neste evento.

atividades promovidas pela associação relacionadas com o tema “território” e “saberes tradicionais/ancestrais”, e de que forma a Associação trabalha com essas categorias nos conteúdos postados.

Os trabalhos de Almeida (2004) e Albert (1995; 2014) contribuíram para a discussão sobre a construção de estratégias utilizadas pelo movimento indígena brasileiro nas últimas décadas, com destaque para a crescente relevância que as redes sociais têm ganhado como ferramenta de luta para os povos tradicionais. Com relação às categorias de “povos tradicionais” e “território”, as obras de Little (2018) e Echeverri (2004) serão importantes para contextualizar seu significado e a adesão desses termos entre esses povos e comunidades tradicionais.

A partir da investigação, constatou-se que as redes sociais são importantes propagadores da luta das mulheres indígenas do Oiapoque, uma vez que com o perfil da AMIM no instagram elas constroem, através do compartilhamento das atividades promovidas pela Associação e cotidiano nas aldeias, sua própria narrativa sobre suas lutas, formas de pensar e existir, apropriando-se de termos como povos tradicionais e ancestralidade, por exemplo.

Essa utilização das redes sociais pela Associação como ferramenta de mobilização de suas pautas políticas e sociais mostra uma tendência que já vem sendo observada entre outras organizações e povos indígenas ao longo dos últimos anos, como visto na obra de Assis Oliveira (2020). Dessa forma, não menos importante será a discussão acerca do uso de redes sociais pela AMIM, seus potenciais e limitações, e para tanto foram feitas reflexões sobre os trabalhos de Jorge Machado (2007), Gentil Serra Junior e Lourdes Rocha (2013), Solange Gallo, Juliana da Silveira e Vitor Pequeno (2025) e Álisson Freitas (2025).

Apesar da atual presença e contribuição inegáveis das mulheres indígenas para as lutas dos povos do Amapá, nas postagens da AMIM muito se fala sobre “empoderamento” dessas mulheres, fato que pode levar a indagação do quão presente elas seriam em espaços de decisão dentro de suas comunidades há décadas atrás, ou o quanto suas vozes eram levadas em consideração dentro das articulações indígenas locais, regionais e nacionais. Nesse sentido, Patricia Medeiros (2023) e Aurora Baniwa (2018) contribuíram para a reflexão nesse trabalho através da ideia de que por vezes ocorre um processo de invisibilização de mulheres parte de grupos tradicionais, enquanto agentes políticos, tanto dentro de movimentos sociais ainda no século XX

quanto de produções acadêmicas que não levam em consideração essas “sujeitas” ao falar sobre a luta social e política dessas comunidades e povos.

Desse modo, será discutido a ascensão das mulheres Galibi Marworno, Galibi Kali’nã, Karipuna e Palikur-Arukwayene como lideranças em Oiapoque a partir da atuação da AMIM, e de que forma constroem sua atuação social e política, dentro e fora das redes sociais. A partir dos achados desta pesquisa no perfil “@amim.oiapoque”, pode-se observar o que Albert (1995; 2014) fala sobre a emergência no discurso político indígena da apropriação por esses povos de termos próprios dos vocabulários jurídico e ambientalista, a exemplo de “terra indígena” “meio ambiente” e “povos tradicionais”.

Uma vez que a AMIM enquanto articulação fez a escolha de representar quatro etnias diferentes, de forma a criar uma união estratégica a partir dos fatores que essas mulheres de diferentes povos têm em comum, sendo a identificação enquanto “mulheres indígenas” e a região onde estão situados seus territórios – nesse caso o município do Oiapoque – alguns dos pontos de convergência, será realizada a seguir uma breve apresentação de cada uma das etnias representadas pela Associação.

QUEM COMPÕE E QUEM É REPRESENTADA PELA AMIM?

A associação elege de 4 em 4 anos novos representantes para compor o quadro de membros da diretoria. No ano de 2024, iniciou-se uma nova gestão inteiramente feminina com Janina dos Santos Forte (povo Karipuna) como presidente, Irene Felício Batista (povo Palikur-Arukwayene) como vice-presidente, Jacilene de Oliveira como primeira secretária, Taís Anicá dos Santos (povo Karipuna) como segunda secretária, Cláudia Renata Lod (povo Galibi Kali’nã) como coordenadora administrativa e Jéssica Silva dos Santos (povo Galibi Marworno) como coordenadora financeira.

Como dito anteriormente, a AMIM representa quatro etnias diferentes que estão presentes ao longo do território do Oiapoque, as quais têm origens, histórias e tradições distintas. O instituto Iepé (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena) é uma ONG sem fins lucrativos, criada em 2002, que tem uma longa jornada de apoio e parceria com os povos indígenas do Amapá, e em seu site oficial nos fornecem algumas informações sobre as etnias que compõem a maior parte dos indígenas da região do Oiapoque, essa será a principal fonte da apresentação aqui feita sobre esses grupos representados pela AMIM.

Segundo o instituto, os Galibi Kali’nã são oriundos do litoral da Guiana Francesa, tendo migrado para o Brasil em torno de 1950 e se estabeleceram no baixo rio

Oiapoque, na aldeia São José dos Galibi, onde vivem até hoje. Já os Galibi Marworno reconheciam-se como um grupo heterogêneo, tendo entre si descendentes dos povos Caribe e Aruaque, tais como os Galibi, Mariane, Aruã, dentre outros. Entretanto, no final da década de 1940, o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) os identificou como de origem Galibi, e durante a década de 1990 o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) orientou-os a se definir como Galibi Marworno para diferenciá-los dos Galibi Kali'nã. Estão localizados principalmente na aldeia Kumarumã, os demais encontram-se em aldeias próximas à BR-186, no rio Urukauá e no igarapé Juminã.

Os Karipunas foram assim denominados em 1927 ao serem encontrados pela Comissão de Rondon, atualmente a maioria localiza-se às margens do rio Curipi, principalmente no baixo e médio curso. Existem quatro aldeias principais que são as maiores: Manga, Espírito Santo, Santa Izabel e Açaizal – todas estão na Terra Indígena Uaçá – apesar de existirem outras ao longo do rio Curipi, algumas próximas a BR-156 e duas no rio Oiapoque.

Enquanto que os Palikur-Arukwayene fazem parte do tronco linguístico Aruaque, localizam-se em ambos os lados da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. No lado brasileiro, encontram-se ao longo do rio Urukauá – rio que dá origem ao nome Urukwayene reivindicado atualmente pelos Palikur – afluente do rio Uaçá, onde distribuem-se em dez aldeias. Já no lado francês, vivem dentro do perímetro urbano das cidades de Caiena – capital da Guiana Francesa – e Saint Georges de L'Oyapock em bairros construídos pelo governo francês, e em aldeias localizadas na margem esquerda do rio Oiapoque.

O CONCEITO DE POVOS TRADICIONAIS NO CONTEXTO DA LUTA INDÍGENA DAS MULHERES DO OIAPOQUE

Na área da antropologia o uso do termo povos ou comunidades tradicionais tornou-se habitual de algumas décadas para cá, no entanto esses conceitos são relativamente recentes e extremamente importantes para o movimento indígena no Brasil, tendo em vista as disputas por terras por diferentes grupos, representando diferentes interesses.

No caso dos indígenas, foram historicamente expropriados pelo Império e posteriormente pelo Estado-nação brasileiro do uso livre e comum das terras em que transitavam, em detrimento do uso privado em prol do capital. É em meio a esse contexto de disputas de narrativa que o uso do termo “povos tradicionais” é

fundamental para a conquista de direitos dos grupos cujos modos de vida não condizem com os objetivos desenvolvimentistas do capital. Sobre o conceito, Paul Little afirma o seguinte:

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais aqui analisados mostram na atualidade. O fato que o termo tem sido incorporado recentemente em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a Constituição de 1988 e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, reflete essa ressemantização do termo e demonstra sua atual dimensão política. (2004, p.283-284).

É sobre a dimensão política da categoria “povos tradicionais” que será dado enfoque no atual trabalho, pois é uma das principais razões pelas quais o movimento indígena se apropriou dela para autodesignar-se e reafirmar-se enquanto tal, assumindo esse local de agência política enquanto sujeitos que narram a própria história e reivindicam a participação ativa e efetiva em processos decisórios referentes à vida em seus territórios.

Com relação a transição das políticas paternalistas do Estado para a conquista de maior autonomia dos povos indígenas, Bruce Albert (1995) deixa claro como esse processo transformou a vida desses povos, uma vez que a partir do momento em que conquistam maior autonomia, esses sujeitos passaram a apropriar-se não só de categorias identitárias como “indígena”, “povos tradicionais”, como as teorias e leis não-indígenas os designavam, mas também de categorias como “terra indígena” ou “território” que referem-se às terras que habitam e com as quais têm fortes vínculos.

Bruce Albert em sua obra *Situação Etnográfica e Movimentos Étnicos. Notas Sobre o Trabalho de Campo Malinowskiano* (2014) traz a trajetória da união entre o movimento ambiental e o movimento indigenista, por volta da década de 1970, de modo que evidencia a existência de afinidades em suas causas, referente a cosmovisão e epistemologia dos povos indígenas e sua relação com o meio ambiente através de seus modos de vida, capazes de construir uma sociedade baseada na sustentabilidade e respeito aos ciclos da natureza.

A análise que será feita do conteúdo presente no perfil oficial da AMIM no instagram, reforça a importância das categorias apresentadas acima na construção da identidade dos povos indígenas do Oiapoque e sua luta por direitos e justiça social. Um desses exemplos está em uma publicação sobre a presença da Associação na COP 29, representando a Rede de Cooperação Amazônica, que ocorreu em 2024 no Azerbaijão:

Figura 1 - Postagem de 9 de novembro de 2024, referente a presença das organizações indígenas na COP 29



Fonte: perfil @amim.oiaoque no Instagram

Na postagem acima, podemos observar o alcance internacional da pauta dos povos indígenas da Amazônia, em especial o das próprias mulheres do Oiaoque representadas pela AMIM. Primeiramente, a imagem tem os dizeres “RCA na COP29”, a primeira sigla representa a Rede de Cooperação Amazônica, organização que reúne 14 organizações sociais, sendo 10 delas indígenas, estando a AMIM fazendo parte desse grupo, de modo a demonstrar a forte articulação que a associação tem com outras entidades sociais e políticas. Desse modo, evidencia-se o diálogo com a luta indígena dos demais povos amazônicos e com a luta ambiental, de forma a colocar em evidência as lutas das mulheres e povos de Oiaoque, a nível nacional e internacional como no caso da presença de representantes na COP 29.

Vale chamar a atenção para o texto da imagem, que diz o seguinte “As mudanças climáticas chegaram nos nossos territórios ancestrais, e isso não é um problema só nosso”, seguido de um cartaz escrito em inglês com a frase “*Indigenous justice is climate justice*”, em português “Justiça indígena é justiça climática”, os quais evidenciam

uma forte aliança entre as lutas dos povos indígenas, das quais as mulheres estão sendo cada vez mais porta-vozes, e as lutas por justiça climática dos ambientalistas. Essa parceria dá ainda mais visibilidade e apoio para as especificidades das causas de diferentes povos indígenas no Brasil, especialmente pela defesa dos direitos humanos e direitos territoriais desses grupos, previstos em tratados internacionais como a convenção 169 da OIT.

Tais conquistas são devidas, em parte, às estratégias da política interétnica, sobre a qual Albert (1995; 2014) discorre, referente ao processo de construção simbólica da etnicidade através do que o autor nomeia como etnogênese e auto-objetivação, que seriam estratégias adotadas por indígenas como é o caso de Davi Kopenawa citado na obra de Albert (1995) enquanto figura de liderança para os Yanomami, em que a identidade dos diferentes grupos indígenas seria ressignificada a partir da ideia de etnia que mescla as tradições, história e cultura endógenas do grupo e o uso de termos exógenos usados para referir-se a esses grupos, como o de “povos indígenas”, “povos tradicionais”, etc. Segundo Machado (2007), o próprio uso das redes sociais pode ser visto como uma estratégia usada por coletivos sociais para compensar desigualdades na distribuição de recursos e poder, e assim como com os agentes políticos esses coletivos também eram atravessados pela globalização e seus efeitos.

A partir da apropriação de termos junto aos elementos de suas culturas, processo que Albert nomeia como etnogênese, os povos indígenas representam-se enquanto aqueles que através de seus modos de vida, calcados em seus saberes ancestrais, são os principais agentes promovedores de uma relação sustentável com o chamado “meio ambiente”. Esse percurso é de extrema importância para a compreensão do caminho traçado para alcançar o atual discurso do movimento indígena, exemplificada na frase do cartaz acima, repostado pela AMIM e que atualmente tem ampla aceitação dentro do movimento ambientalista nacional e internacional, o qual afirma que para defender a justiça climática é essencial defender a justiça para os povos indígenas.

Nesse sentido, a AMIM promove ações de fomento às tradições dos povos do Oiapoque para fortalecimento de suas lutas e seu compromisso com a justiça climática a partir da organização de atividades com as comunidades, como é o caso das “oficinas de saberes tradicionais”, assim nomeado por elas. Uma dessas oficinas tinha como tema “sistemas agrícolas tradicionais”, e suas atividades, realizadas em diferentes aldeias da região, foram divulgadas através de fotos e vídeos no instagram da Associação.

Figura 2 - Postagem de 24 de maio de 2024, sobre a oficina de saberes agrícolas tradicionais -
Aldeia Ariramba



Fonte: perfil @amim.oiapoque no Instagram

Junto com as fotos da oficina o perfil adicionou um texto como legenda:

Estamos muito felizes em compartilhar um pouco da nossa oficina de trocas de conhecimentos sobre sistemas agrícolas tradicionais, realizada pela AMIM na aldeia Ariramba. Onde nos reunimos para aprender e trocar experiências sobre as práticas ancestrais que preservam e respeitam a Mãe Terra.

Um destaque especial vai para as mulheres indígenas, guardiãs de saberes milenares, que compartilharam conosco suas técnicas e conhecimentos únicos sobre o cultivo nas roças. Suas mãos habilidosas e sua sabedoria são fundamentais para a manutenção de nossas tradições e para a sustentabilidade de nossas comunidades.

Infelizmente, em Oiapoque, nossas roças sofreram um grande impacto das mudanças climáticas, resultando na perda de nossas roças. As mulheres, que são as principais cuidadoras das roças, foram profundamente afetadas. Este desafio nos lembrou da importância de unir forças e adaptar nossos conhecimentos para enfrentar as adversidades. Juntos, fortalecemos nossa conexão com a terra e garantimos a continuidade de nossos costumes, mesmo diante das dificuldades.

Nesse texto pode-se destacar o uso do termo “Mãe Terra” ao se referir ao planeta Terra, indicando uma visão politizada das mulheres que compõem a AMIM por entender que as ações realizadas por elas e outras mulheres em suas aldeias a nível local pode ter um impacto a nível global, bem como a escolha do termo “mãe” nos mostra a forma como elas enxergam o território onde vivem e o planeta de forma mais ampla de modo a compará-lo a uma figura materna, a qual invoca características como respeito, cuidado e intimidade.

Outro ponto importante, foi o destaque feito pela própria Associação sobre o papel imprescindível das mulheres como “guardiãs de saberes milenares”, mostrando que elas não só estão presentes mas são as principais mobilizadoras de atividades fundamentais tanto para a subsistência alimentar de suas comunidades como para tudo que o trabalho nas roças abrange, como a sociabilidade entre mulheres, com a comunidade em geral, relações entre diferentes famílias, diferentes aldeias e todo o trânsito promovido por tradições como as do cultivo de roças. Através dessa socialização, elas promovem a troca ou compartilhamento de diferentes sementes de seus roçados entre os membros das aldeias, o conhecimento de técnicas e outros saberes passados de geração em geração sobre os cultivos, fator fundamental para o fortalecimento e continuidade desses conhecimentos ligados à ancestralidade.

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS EM MUTIRÃO ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL – DENTRO E FORA DAS TELAS

O perfil da AMIM no Instagram (@amim.oiapoque) tem até o momento da escrita deste trabalho, julho de 2025, 430 publicações e 1.189 seguidores, e esse trabalho analisou aproximadamente 105 publicações, que foram postadas entre janeiro de 2024 e julho de 2025. A seleção das postagens presentes neste trabalho priorizou conteúdos relacionados às atividades realizadas pela AMIM, tanto as referentes à participação em eventos políticos quanto à produção de ações voltadas para as comunidades indígenas do Oiapoque.

É uma organização bem ativa na rede social em questão, cuja utilização funciona como uma espécie de livro autobiográfico onde registram em tempo real suas principais ações, agendas e discussões, além de ser um portal de denúncias contra ataques aos seus direitos. Ademais, as redes sociais podem ser um veículo de divulgação de quem são enquanto povos e organização indígena para toda sociedade brasileira, através de uma narrativa autônoma construída por essas mulheres.

O uso das redes sociais por coletivos amplia, em partes, suas possibilidades de atuação, dentre elas está a oportunidade de disputar a narrativa das grandes mídias tradicionais sobre a sua realidade e versão dos fatos. Como ocorreu durante o que Machado (2007) chama de “guerra de informação” na época da invasão dos EUA ao Iraque em 2003, em que a mídia árabe, bloggers, organizações sociais antiguerra e a imprensa independente tiveram o importante papel de mostrar uma versão diferente do conflito daquela adotada pelas grandes mídias de massa estadunidenses e ao redor do

mundo que tinham uma visão unilateral pró EUA.

Figura 3 - Captura de tela do perfil oficial da AMIM no instagram feita em julho de 2025



Fonte: arquivo pessoal da autora

Dessa forma, o uso das redes sociais pode ser considerada como uma das ferramentas de atuação social e política da Associação das Mulheres em Mutirão, mas não se trata de uma exceção uma vez que outras associações e organizações indígenas utilizam o ambiente virtual para expandir o alcance de suas lutas e amplificar suas vozes, como é o caso da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (APOIANP), da Articulação das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) que têm uma forte presença nas redes. Sobre a presença do povo Paiter Suruí no mundo virtual, Juliana Almeida Rocha e Juliano Araújo afirmam que:

“Eles se apropriam do mundo on-line como uma extensão do mundo off-line e projetam aquilo que eles querem que mais pessoas tenham acesso e vejam, tendo a dimensão de que as redes sociais não conseguem captar exatamente aquilo que eles vivenciam, mas serve como um intermediário entre eles e uma ampla audiência.” (ALMEIDA ROCHA, J.; ARAÚJO, J. J, p.215-216, 2024)

Tal fenômeno se repete no caso das mulheres indígenas do Oiapoque, de modo a mostrar para o mundo uma nova estratégia adotada enquanto movimento social.

Dentre as atividades da Associação que se destacam como ações políticas envolvendo saberes ancestrais, está a promoção de oficinas como as de práticas em sistemas agrícolas e artesanato com miçangas, em que algumas delas tiveram apoio do projeto “Floresta+ Amazônia”², as quais somam 13 atividades em aldeias diferentes, registradas cada uma com uma publicação no perfil da AMIM no período analisado nesta pesquisa.

Figura 4 - Publicação de 19 de fevereiro de 2025, referente a realização da oficina de artesanatos com miçanga na Aldeia Anawerá



Fonte: perfil @amim.oiaopoque no Instagram

Um ponto que chama muita atenção, é a grande presença das mulheres nessas oficinas, não somente nas de artesanato, mas nas referentes a produção das roças também, e assim como a Associação já chamava atenção em seus textos publicados na rede, pode-se observar na prática a atuação dessas mulheres enquanto “guardiãs” de conhecimentos, ou melhor, saberes ancestrais em suas aldeias, mesmo que ao falar sobre

² O projeto Floresta+ Amazônia é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os recursos deste projeto são advindos do Fundo Verde para o Clima (GCF). Para mais informações acessar o site: <https://www.florestamaisamazonia.org.br/>

a AMIM a investigação atravessa quatro povos diferentes, a atuação dessas guardiãs em suas respectivas aldeias é mais um ponto de intersecção o qual as tornam essa “grande comunidade”.

Ademais, vale ressaltar que a luta dessas mulheres não está apartada das lutas por seus territórios, pois esta trata-se de uma luta interseccional uma vez que envolve questões como gênero e raça, e os efeitos distintos que têm em cada pessoa, não há como separar um do outro, são fatores que estão juntos na vivência e experiência coletiva desses sujeitos. Dito isso, é interessante pensar na ideia de “corpo-território” apontada por Célia Nunes Correa, mais conhecida como Célia Xakriabá e atual deputada federal (MG), que em sua dissertação utiliza esse termo para se referir às crianças e jovens indígenas em formação, através de uma educação pautada em um fazer epistemológico com base nos conhecimentos territoriais, ou seja, baseados no território:

[...] entendo que a nossa escola Xakriabá se constrói sob um fazer epistemológico que visa nos construir como corpo-território em permanente processo de (re)territorialização, portanto, abertos a uma historicidade que deve ser reativada pelas memórias que nos ensinam não só sobre o passado, mas também sobre o nosso presente e o futuro em que continuaremos a ser corpo (re)territorializado. (CORREA, p.168, 2018).

O conceito de corpo-território de Célia Xakriabá em sua dissertação, diz respeito a relação dos povos indígenas com seus territórios – entendendo este conceito nos termos de Little (2018) e Echeverri (2004) – e a (re)territorialização dos sujeitos seria a continuação da transmissão de saberes, a transformação e ressignificação dos corpos que estão enraizados nas epistemologias de seus povos. Sendo assim, é possível dizer que as mulheres do Oiapoque são as principais agentes nesse permanente processo de ressignificação das epistemologias e identidades de seus povos, assim como é esperado de um corpo que é território (CORREA, 2018) e de um território que é corpo (ECHEVERRI, 2004), o inevitável dinamismo de um organismo que é vivo e pulsante.

O processo de transformação e surgimento de novas estratégias em movimentos sociais foi retratado por Mauro Almeida (2004) em seu trabalho sobre o histórico da luta dos seringueiros no Acre, entre o período de 1982 e 1992. Em seu texto o autor afirma que irá analisar esta problemática a partir “do que os agentes da história local fizeram daquilo que a história fez com eles” (ALMEIDA, p.34, 2004) com base na obra de Jean-Paul Sartre.

A partir dessa afirmação, o autor discute sobre como as estratégias de lideranças do movimento de seringueiros, como Chico Ginu, Chico Mendes e Antônio Macedo,

conseguiram desenvolver ações de luta e resistência nunca antes vistas em um contexto novo de expansão da frente capitalista sobre a Amazônia. A título de exemplo, temos os famosos “empates” promovidos por Chico Mendes, que consistiam em mutirões de seringueiros reunidos em forma de protesto em locais de conflito de terras para pressionar os seus patrões, ou como foi o caso de Chico Ginu, liderança que usava de seu carisma para atrair novos aliados para a causa dos seringueiros, tendo viajado dos Estados Unidos à Europa em sua missão, ao final conseguindo apoio e doações de diferentes grupos e organizações sociais.

Nesse mesmo sentido, o uso das redes sociais podem ser consideradas uma dessas estratégias inéditas cujo impacto na história das mulheres indígenas do Oiapoque só poderá ser mensurado com o decorrer do tempo, mas pode-se depreender que com a construção do movimento dentro do espaço virtual, a AMIM está escrevendo mais um capítulo de sua história, das mulheres e povos que representa.

Apesar de apresentar novos horizontes estratégicos para a Associação, o uso de plataformas digitais como o Instagram tem suas limitações quando se trata de dar maior visibilidade para causas sociais de grupos politicamente marginalizados. Segundo Serra Junior e Rocha (2013) até as possibilidades democráticas que surgem pelo uso massivo de redes sociais são ameaçadas pela estrutura capitalista que manipula ideologicamente tais veículos de comunicação, assim como fazem com as grandes mídias tradicionais.

Os autores em questão compartilham do seguinte pensamento: “o ciberespaço não existe descolado do mundo material e que a infraestrutura lógica e física da maioria das redes está sob o controle das mesmas pessoas e empresas que sempre controlaram o capital” (SOARES, 2007, p. 70. *apud* SERRA JUNIOR; ROCHA, 2013, p.208). Desse modo, faz-se relevante refletir sobre quais são os aspectos desse controle e manipulação das corporações por trás do funcionamento das redes sociais, e de que forma contribuem para uma espécie de boicote na distribuição de conteúdos e perfis nesses espaços digitais.

De acordo com Gallo, Silveira e Pequeno (2025) a partir da análise de discussões entre usuários na plataforma do X, o antigo Twitter, pode-se inferir que as redes sociais tal qual a analisada por eles não distribuem igualmente os conteúdos para seus usuários pois dão prioridade aquelas postagens que tem maior potencial de viralizar na internet. Na prática isso significa, por exemplo, que conteúdos de teor polêmico, fáceis de gerar discussões polarizadas, são recomendados com muito mais frequência ao perfil dos usuários no geral do que um conteúdo informativo ou científico, por exemplo.

Sobre essa lógica de engajamento preferirem conteúdos virais, mesmo que isso signifique difundir desinformações, Freitas (2025, p.5) afirma o seguinte: “As plataformas priorizam conteúdos de alto engajamento, o que amplia a circulação de fake news e impulsiona narrativas extremas. Essa dinâmica não apenas afeta processos eleitorais e crises globais, mas também altera a percepção coletiva da realidade.” Nesse sentido, é esperado o questionamento do quão longe a mensagem da AMIM pode chegar através de meios de comunicação como o Instagram, que opera seguindo a lógica do engajamento.

Apesar de não ter respostas a essa pergunta, pelo conteúdo analisado neste trabalho e no perfil da Associação pode-se trazer à luz outro aspecto da presença desse grupo de mulheres no Instagram: O lado de que apesar de haverem limitações no alcance e engajamento nas postagens do perfil @amim.oiapoque, a sua existência e periódica atualização sobre as atividades da Associação criam um rico acervo documental de sua história, das mulheres e povos que são representados por essa entidade. O autor Álisson Freitas (2025) acredita que uma solução para os entraves e notícias falsas na internet seria o fortalecimento, a partir da perspectiva da cibermuseologia, de espaços como museus na construção de narrativas que gerem reflexão e façam frente à volatilidade das informações rápidas e superficiais presentes nas redes.

Tais espaços do qual o autor menciona, como museus digitais e físicos, têm o papel semelhante ao dessa espécie de curadoria digital que a AMIM faz de sua realidade no Instagram. Essa curadoria pode ser entendida como uma possível resposta a qualquer eventual desinformação sobre a entidade e sujeitos que representa, pois ali em seu perfil está a exposição construída a partir das escolhas das próprias mulheres indígenas que compõem seu grupo alvo, é nesse espaço virtual que transborda a identidade desses sujeitos da forma como elas querem ser vistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por último, é importante reafirmar a necessidade de ruptura das sociedades ocidentais com a ideia equivocada e racista de que os povos indígenas não podem atualizar suas tradições, inserindo novos elementos ou transformar antigos, especialmente no que diz respeito ao uso de tecnologias ocidentais modernas, como o uso de celulares, *smartphones*, câmeras digitais e por último as redes sociais, pois isso de acordo com essa ideia racista “descaracterizaria” os indígenas. A reprodução de

pensamentos como esse pela sociedade, seja dentro ou fora do Brasil, reflete o imaginário colonial que remete a identidade caricata dos povos indígenas construída ao longo de séculos, como algo estático no espaço-tempo.

Com este trabalho, espero ter contribuído parcialmente com a desmistificação desse imaginário falso acerca desses povos, uma vez que esses sujeitos, como foi abordado ao longo do texto, carregam suas identidades em seus próprios corpos enquanto um coletivo que mantém vivos seus conhecimentos e saberes tradicionais/ancestrais. Portanto, assim como em qualquer cultura, é esperado que ocorram transformações e adaptações desse grupo de seres humanos com a presença cada vez maior das sociedades não indígenas em suas vidas, impactando-as diretamente.

Com relação a presença da AMIM no Instagram, o assunto das postagens e o que pode-se inferir a partir delas: A associação em questão representa uma forte organização indígena, ativa e bem articulada, a qual busca construir redes colaborativas com outras articulações e agentes indígenas e não indígenas dentro e fora das redes sociais. Além disso, com o impacto da globalização em sua organização e estratégias, valorizam seu discurso enfatizando a relação entre a luta dos povos tradicionais do Oiapoque, e a luta em defesa do meio ambiente através do resgate e fortalecimento de seus conhecimentos tradicionais, fator que contribui para a maior atenção das comunidades e organizações internacionais, como a ONU e ONGs ambientalistas como o GreenPeace.

Ademais, no que tange a discussão sobre empoderamento das mulheres indígenas de Oiapoque, mencionada nas redes pela própria Associação neste trabalho analisada, pode-se dizer que a organização possibilita o protagonismo e fortalecimento das mulheres que representam através das assembléias, oficinas e demais programas que organizam. Tais ações são responsáveis por promover autonomia e papéis de destaques ao ensinarem técnicas para cultivo nas roças, produção de artesanatos etc, além de criar um ambiente de escuta e acolhimento priorizando essas sujeitas.

Por último, o tema sobre o uso das redes sociais pelas mulheres da AMIM ainda pode suscitar mais reflexão e debate, pois é possível que para além das limitações de visibilidade e comunicação de seu conteúdo debatidas neste trabalho, o perfil nas redes sociais também pode ser entendido enquanto um painel de exposição feito por essas mulheres em tempo real, ou seja, é possível entendê-lo como uma fonte documental de parte da história da Associação bem como desses sujeitos por ela representados dentro

do espaço e tempo retratados.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. Situação Etnográfica e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo Malinowskiano. Campos, Paraná; v. 15, n. 1, p. 129-144, 2014.

ALBERT, Bruce. "O Ouro Canibal e a Queda do Céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza". Série Antropologia no. 174. Universidade de Brasília, 1995. Disponível em: www.unb.br/ics/dan/serie174empdf.pdf

ALMEIDA ROCHA, J.; ARAÚJO, J. J. de. História pública produzida pelo povo indígena Paiter Suruí: apresentação da etnia na rede social Instagram @paiter_surui. Revista Histórias Públicas, v. 2, n. 4, p. 196–217, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36704/rhp.v2i4.8393>

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55, p. 34-52, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>

AMIM OIAPOQUE. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/amim.oiapoque/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BANIWA, Braulina Aurora. Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. Vukápanavo: Revista Terena, v. 1, n. 1, p. 165-170, 2018.

CORREA, Célia Nunes. O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ECHEVERRI, Juan Alvaro. Territorio como cuerpo y territorio como naturaleza: ¿Diálogo intercultural?. In: SURRALLÉS, A.; GARCÍA HIERRO, P. (eds.). Tierra adentro: Territorio indígena y percepción de entorno. Documento No. 39. Copenhague: IWGIA, 2004. p. 259-275.

FLORESTA+ AMAZÔNIA. Floresta+ Amazônia. Disponível em: <https://www.florestamaisamazonia.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

INSTITUTO IEPE. Instituto IEPE. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2018. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>.

MEDEIROS, Patricia Jeanny Araújo Cavalcanti; MILLER, Francisca de Souza. “Pra defender meu território, viro Enxu” - Sobre a luta das mulheres em defesa do território tradicional de pesca de Enxu Queimado – RN. *Tessituras*, v. 11, n. 1, jan.-jun. 2023. Pelotas, RS.

OLIVEIRA, A. C. Juventudes, Estado e Povos Indígenas no Brasil do Século XXI. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 18, n. 1, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11600/1692715x.18105>

FREITAS, Álisson Valentim de. Redes sociais, Ciência da Informação e Museologia: reflexões a partir de *A máquina do caos* de Max Fisher. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 31, e145867, 2025. DOI: 10.1590/1808-5245.31.145867.

GALLO, Solange Maria Leda; SILVEIRA, Juliana da; PEQUENO, Vitor. A análise do discurso materialista face à materialidade digital. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 25, p. 1–14, 2025. DOI: 10.1590/1982-4017-25-23.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 248–285, jul./dez. 2007.

SERRA JUNIOR, Gentil Cutrim; ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 205–213, jul./dez. 2013.